

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.054 - RJ (2019/0048812-1)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S/A  
**ADVOGADOS** : GLAUCUS PIMENTA DE SOUSA - RJ100886  
RICARDO BOECHAT RIBEIRO MESSA - RJ113924  
FELIPE NUNES FERREIRA - RJ124468  
ADRIANA CHAGAS DIAS DA ROSA E OUTRO(S) - RJ084154  
**AGRAVADO** : MARIA ALICE DE PAULA  
**ADVOGADO** : NILZA DE MAGALHÃES MARTINI E OUTRO(S) - RJ032715

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação declaratória de nulidade de cobrança cumulada com indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à adequação do valor fixado a título de compensação por danos morais, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S/A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 09/03/2017.

**Concluso ao gabinete em:** 28/03/2019.

**Ação:** de declaratória de nulidade de cobrança cumulada com indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada ajuizada pela agravada em face da agravante.

**Sentença:** julgou procedente a ação.

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação da agravante, nos

termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE COBRANÇA C/C INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. SERVIÇO DE ÁGUA. COBRANÇA INDEVIDA. DÍVIDA DECORRENTE DE RELAÇÃO JURÍDICA COM TERCEIRO. OBRIGAÇÃO QUE NÃO APRESENTA NATUREZA *PROPTER REM*. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INTERRUPTÃO INDEVIDA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇO ESSENCIAL NO PERÍODO DE 28/12/2015 A 21/01/2016. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SÚMULA 192 DO TJRJ. VERBA COMPENSATÓRIA FIXADA EM R\$ 15.000,00 QUE COMPORTA REDUÇÃO PARA R\$ 10.000,00, A FIM DE ATENDER AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, TÃO SOMENTE PARA REDUZIR A VERBA COMPENSATÓRIA. (e-STJ, fl. 277).

**Recurso especial:** alega violação dos 884 e 944 do Código Civil, sob o fundamento, em suma, de que "a fixação da verba indenizatória por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da Recorrida está apto a gerar um enriquecimento sem causa desta em detrimento da Recorrente" (e-STJ, fl. 292).

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 884 e 944 do Código Civil, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

**- Do reexame de fatos e provas**

Ainda que assim não fosse, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à adequação do valor fixado a título de compensação por danos morais, exige o reexame de fatos e provas, o que é

vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 221) para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**Relatora**